



É necessário um compromisso político firme para concretizar os investimentos estruturantes para Portugal



Manuel Reis Campos
Presidente da CPCI
e da AICCOPN
www.aiccopn.pt

Estamos prestes a iniciar um novo ciclo político, com um processo eleitoral em curso cujo desfecho caberá aos portugueses determinar, mas uma vez mais, a importância do investimento emerge como um denominador comum nas diversas propostas políticas que são apresentadas e domínios como a habitação, a mobilidade ou a transição digital e climática ocupam um plano de destaque. Efetivamente, este é um caminho que está a ser seguido pela maioria das economias e, na Europa, é mesmo um dos elementos centrais da Estratégia de Recuperação e Resiliência.

O PRR nacional constitui um desafio imediato porque o adequado aproveitamento dos recursos comunitários exige que, ao longo deste ano, grande parte dos investimentos seja totalmente definido e objeto de implementação no terreno. De igual modo, o Programa Nacional de Investimentos 2030,

que foi aprovado por este Governo e cuja execução foi reconhecida como prioritária no programa eleitoral do principal partido da oposição, tem de conhecer outra dinâmica, de forma a poder beneficiar ainda dos recursos do Portugal 2020, que encerra em 2023.

É, por isso, essencial que, independentemente das soluções políticas que irão ser democraticamente estabelecidas, o próximo Governo, seja ele qual for, e os partidos, sejam capazes de, a exemplo do que se passa em muitos países europeus, colocar o interesse nacional em primeiro plano, assumir aqueles que, na prática, são objetivos comuns de promoção do desenvolvimento do País e estabelecer os acordos necessários em torno dos investimentos estruturantes.

Um planeamento adequado do investimento, a sua calendarização e rigorosa execução tem de ser uma realidade concreta, estável e definida. O enfoque tem

de estar na resolução dos problemas conjunturais que, inevitavelmente, temos de enfrentar, como a falta de mão de obra qualificada ou a anómala subida dos preços das matérias-primas, da energia e dos materiais de construção.

Os recursos europeus são determinantes para que Portugal possa reposicionar-se competitivamente e têm de ser devidamente aproveitados. O tecido empresarial nacional do Setor, que enfrenta uma concorrência externa crescente, tem de se poder posicionar corretamente. E empresas, famílias e investidores devem poder ter pela frente, um quadro decisório estável. O novo ciclo político tem de iniciar com um compromisso firme com o desenvolvimento sustentável do País e, consequentemente, assumindo as condições necessárias para a execução do investimento previsto.